

Relatório Final

XXXI REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Díli, 20 a 21 de julho de 2015

Introdução

Nos dias 20 e 21 de julho de 2015, realizou-se a XXXI Reunião Ordinária de Pontos Focais de Cooperação da CPLP (RPFC) em Díli, Timor-Leste.

Em conformidade com o procedimento acordado pela XXII RPFC, o presente Relatório foi elaborado pelo Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP) e será circulado para aprovação eletrónica pelos Pontos Focais de Cooperação.

Constituição da Mesa

A mesa de abertura foi integrada pelos seguintes elementos:

- Lídia Martins, Ponto Focal de Cooperação de Timor Leste para a CPLP e Agências da ONU (Coordenadora);
- Georgina de Mello, Diretora Geral do Secretariado Executivo da CPLP (DG);
- Manuel Clarote Lapão, Diretor da Cooperação (DC) do Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP).

Estiveram presentes na Reunião os Pontos Focais de Cooperação (PFC) de Angola, do Brasil, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste e seus representantes dos Estados Membros (EM) de Cabo Verde, Moçambique e Portugal. A lista de participantes consta do **Anexo I**.

1. Sessão de Abertura

A Representante de Timor-Leste e Coordenadora da Reunião, doravante chamada de “Coordenadora”, abriu a sessão apresentando as boas vindas a todos a Díli, Timor-Leste, e agradecendo a presença na XXXI RPFC.

De seguida, a Diretora Geral (DG) interveio com uma saudação de boas vindas e deu conta dos trabalhos realizados na semana prévia, fazendo referência, concretamente, ao II Fórum da Sociedade Civil da CPLP, à Reunião dos Ministros do Turismo e às comemorações do 19º aniversário da organização. Mencionou que a expectativa em relação a esta RPFC residia, sobretudo, na discussão associada à Visão Estratégica da CPLP para os próximos 20 anos.

2. Aprovação da Agenda

A Coordenadora deu continuidade aos trabalhos colocando a agenda à consideração dos PFC para aprovação.

O PFC do Brasil solicitou a introdução de um ponto de informação (n.º 7.6) referente à Oficina para a implementação do Tratado de Marraquexe nos Países de Língua Portuguesa.

O PFC da Guiné-Equatorial solicitou igualmente o acréscimo de um ponto de informação (n.º 7.7) relativa à Visão da Guiné Equatorial até 2020.

Assim, a agenda da XXXI RPFC foi aprovada por unanimidade com a inclusão destes dois pontos, e está disponibilizada no **Anexo II**.

3. Acompanhamento e articulação com as áreas Sectoriais - apresentação de ponto de situação pelos Pontos Focais de Cooperação

A Coordenadora recordou que este ponto surge no seguimento das preocupações da XXX RPFC.

O PFC do Brasil informou que, dando continuidade à discussão da anterior RPFC, fizeram um esforço para fortalecer a articulação com as áreas ministeriais/sectoriais para que exista um maior intercâmbio de informações e se busque coordenar e ampliar a visão do governo brasileiro em torno dos planos estratégicos da CPLP que se encontram em execução. Dada a gama de instituições visitadas, o exercício mostrou-se exitoso.

Sobre os avanços na implementação e acompanhamento dos Planos Estratégicos de Cooperação setorial, o PFC do Brasil informou o seguinte:

- Plano Estratégico Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres CPLP

Do lado brasileiro, será dado encaminhamento ao plano por meio da implementação do projeto "O Brasil e África: luta contra a pobreza e o empoderamento das mulheres através de Cooperação Sul-Sul", firmado entre o Brasil e o PNUD. O projeto prevê o aumento da capacidade em promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e meninas, sendo vocacionado para os países africanos e inspirado nas experiências brasileiras. A estratégia de implementação, que inicialmente envolverá Moçambique e Angola, inclui a realização de análises nacionais e de estudos de casos; a produção de publicações e de um portal on-line sobre as melhores práticas nessa matéria; a organização de seminários internacionais para troca de conhecimento (incluído como parte do processo de Pequim + 20); a realização de missões para a definição de planos de ação, e a prestação de assistência técnica aos países parceiros da Cooperação Sul-Sul. O objetivo é adaptar, implementar, monitorar e avaliar as iniciativas adotadas. Prevê-se, igualmente, visita da Ministra de Moçambique responsável pelo tema, em julho/agosto do ano em curso.

- Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente da CPLP

A área de Recursos Hídricos, cuja coordenação é compartilhada pela Agência Nacional de águas (ANA) do Brasil e por Portugal, tem tido continuidade em função dos projetos já aprovados pelas RPFs e que contam com recursos já consignados ao Fundo Especial da CPLP. No âmbito de iniciativas que envolvem a área de Gestão Ambiental Marinha e Costeira, cuja coordenação também cabe ao Brasil, foi proposta a realização de Mesa Redonda temática, à margem do VIII Congresso sobre Planejamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa - CPGZC, que ocorrerá entre os dias 14 a 16 de outubro de 2015 na cidade de Aveiro, em Portugal. No entanto, até o momento, não houve reação dos Estados membros à proposta. Uma segunda iniciativa que pode impulsionar as atividades na área é a realização de curso à distância em Gerenciamento Costeiro. No que se refere ao Eixo de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, está prevista realização de "side event", aquando da Conferência das Partes (COP12) da Convenção das Nações Unidas o Combate à Desertificação (UNCCD), a ocorrer na Turquia, no período de 12 a 23 de outubro de 2015.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ponto Focal Setorial do Brasil para o tema, seria oportuno, além do estabelecimento do regimento da Reunião Setorial e a elaboração de um guia de atuação do Secretariado Técnico, o que detalharia as diretrizes de sua atuação, evitando lacunas inerentes à rotatividade.

- Estratégia da CPLP para os Oceanos

Dentre as ações previstas na Estratégia, cabe ao Governo brasileiro criar um atlas dos oceanos da CPLP, participar de pesquisa referente ao conhecimento dos fundos marinhos (juntamente com Angola e Portugal), organizar visitas dos EM ao Brasil para conhecerem as atividades desenvolvidas no âmbito da Extensão da plataforma Continental (LEPLAC). No que diz respeito à investigação científica e ambiental, o Brasil tem condições de cooperar, uma vez que, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), existem Programas que podem contribuir com as iniciativas propostas, tais como o Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMPLAC), o Programa de Avaliação, Monitoramento e Conservação de Biodiversidade Marinha (REVIMAR), o Programa de Biotecnologia Marinha (BIOMAR) e o Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima (GOOS-Brasil).

Foi ainda prevista ação relativa à implementação de iniciativas relacionadas ao tema "Segurança e Vigilância Marítima", por meio da criação de grupo de trabalho para a identificação de áreas estratégicas de interesse comum aos EM da CPLP, a fim de identificar requisitos para a criação do Observatório de Informação e Estratégia Marítima (OIEM), e outro grupo para identificar áreas de interesse a incluir em exercícios navais e de segurança marítima dos EM da CPLP. O Brasil enviou ao Secretariado Técnico Permanente (StP), em 30 de julho de 2015, os nomes dos contatos (SECIRM e EMA) que irão compor o Grupo de Trabalho a ser criado. Em aditamento, a Marinha do Brasil, por meio da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), dirige aos representantes dos países da CPLP convite a um ou dois representantes de cada EM para participar dos voos de apoio logístico ao PROANTAR. A manifestação de interesse deverá ser informada diretamente

à SECIRM. As despesas de locomoção e hospedagem deverão ser custeadas arcadas por cada EM. A parte aérea de traslado da cidade do Rio de Janeiro até o Continente Antártico será realizada em aviões da Força Aérea Brasileira, sem custos para os convidados.

A SECIRM indicou ainda a necessidade de atualização dos pontos de contato para as iniciativas ligadas aos assuntos do mar, e de disponibilização dos nomes dos responsáveis pelo tema em Guiné-Bissau e na Guiné Equatorial.

- "Plano de Ação de Tíbar: Trabalho e Assuntos Sociais"

Entre as ações afetas ao Ministério da Previdência e Assistência Social e ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Brasil constam a coordenação de dois grupos de trabalho: o de Monitoramento do Mercado de Trabalho e Economia Informal e o de Economia Solidária. O MTE informou que, no entanto, em função da falta de indicação de pontos focais dos países, o calendário pactuado encontra-se atrasado. Até o momento, somente Portugal indicou interlocutor para os temas, o que tem inviabilizado a disponibilização de material informativo sobre economia solidária e a circulação de proposta de indicadores para o monitoramento do mercado de trabalho e economia informal, cujo "draft" zero já foi elaborado pelo MTE.

O MTE informou, ainda, ser necessária a indicação dos interlocutores para que os diferentes grupos temáticos produzam resultados concretos que possam subsidiar os debates a terem curso no contexto das reuniões ministeriais.

- Plano de Ação de Maputo do PECS/CPLP

O Plano de Ação do PECS/CPLP é coordenado, em termos nacionais, pelo Ministério da Saúde (MS) do Brasil e pela FIOCRUZ, encontra-se em andamento. Foram reportadas, pelo MS, as seguintes informações:

- Na 67ª Assembleia Mundial da Saúde, o Brasil participou de evento paralelo entre os Ministros da Saúde da CPLP, onde foi discutida, entre outros temas, o fomento das Redes de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (RIDES). Na ocasião, o Brasil anunciou uma doação de US\$ 100.000 para cada uma das Redes Temáticas; HIV-SIDA, Malária e Tuberculose do PECS. As três redes possuem atividades previstas para o ano de 2015/2016, que estão sendo custeadas com o apoio financeiro dado pelo Brasil.
- Atividades executadas/programadas para RIDES MALÁRIA:
 - i. Realização de reunião da RIDES Malária em Lisboa (abril de 2015), com o objetivo de discutir o projeto de Pré-eliminação e elaboração de plano estratégico de colaboração e de ações futuras da RIDES;
 - ii. Realização de cursos sobre Malariologia e Entomologia Médica, em janeiro de 2016, com vista a aprimorar o conhecimento dos profissionais de saúde e de estudantes de graduação e pós graduação dos países membros da CPLP, e

- iii. Realização de um curso sobre boas práticas e controle de qualidade de diagnóstico laboratorial de malária, no primeiro semestre de 2016, com vista a capacitar e atualizar os microscopistas.
- o Atividades programas para RIDES TUBERCULOSE:
 - i. Capacitação em gestão da tuberculose: ações de vigilância e manejo clínico para gestores dos Programas de Controle da Tuberculose que atuam nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, programada para novembro de 2015;
 - ii. Capacitação nas ações de controlo da tuberculose para os países da CPLP na atenção primária de saúde e serviços de referência, programada para o primeiro semestre de 2016.
- o Atividades programas para RIDES HIV-AIDS:
 - i. Realização de pesquisa conjunta sobre o diagnóstico situacional da Transmissão Vertical nos países de Língua Portuguesa, tendo em vista as altas prevalências das ITS/VIH/SIDA, que será realizada a partir de agosto de 2015. As Embaixadas do Brasil nos EM já foram orientadas a divulgar os Termos de Referência, sendo necessária a indicação de pontos de contato técnicos, para definição de agenda das visitas a serem realizadas.
 - ii. Construção conjunta de um boletim epidemiológico único que possa apresentar e refletir as diferentes epidemias, no âmbito da CPLP, no modelo do documento produzido para o MERCOSUL. O referido boletim fortalecerá a elaboração de estratégias e ações de enfrentamento conjunto da epidemia ITS/VIH/SIDA. Essa ação está prevista para o primeiro trimestre de 2016.

O MS do Brasil prestou informação de que a Fiocruz é também responsável pela coordenação das Redes Estruturantes no âmbito do PECS CPLP - Redes de Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP) e Rede de Escolas de Saúde Pública (RETS). Foram requeridas informações mas não foram disponibilizadas a tempo da XXXI RPF, pelo que serão remetidas ao SECPLP logo que sejam recebidas.

- A Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN)

No âmbito da ESAN, vêm sendo incentivados os mecanismos mais amplos de participação no CONSAN, como é o caso do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil e do Mecanismo de Facilitação da Participação Parlamentar no referido Conselho. Nesse sentido, o Governo brasileiro patrocinou a inauguração de ambos os referidos mecanismos, ademais da promoção de seminário sobre a participação parlamentar na implementação progressiva do direito humano à alimentação adequada nos países na CPLP, realizado em Brasília nos dias 7,8 e 9 de julho/2015. Foram realizadas (e estão em curso) várias ações, e nomeadamente:

- i. Levantamento do estado da arte da Agricultura Familiar na CPLP e de repositório sobre políticas públicas e iniciativas exitosas, com vista à elaboração de recomendações e diretrizes para o aperfeiçoamento das políticas correlatas. As ações comunitárias nesse campo estão sendo maioritariamente financiadas pelo Brasil (inclusive pelos US\$



- 280.000,00 aportados ao Fundo Especial e pelo acordo firmado com a FAO no valor de US\$ 500.000,00), inclusive para a realização de reuniões. Prevê-se, igualmente, atividades de formação na área de compras públicas institucionais da agricultura familiar, além da elaboração de estudo por país sobre os principais gargalos enfrentados pela agricultura familiar;
- ii. Instalação do mecanismo de participação de universidades no CONSAN, que resultou do encontro da AULP, em Cabo Verde;
 - iii. Incentivo a maior envolvimento do setor privado, no Mecanismo de Facilitação da Participação do Setor Privado.

Observou que, além dos recursos aportados pelo Brasil, as atividades na seara de SAN têm sido financiadas também por Angola, Timor-Leste, FAO e CPLP. Além de ressaltar a prioridade conferida pelo Governo brasileiro à ESAN, considerada o instrumento adequado para encaminhamento do tema da Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito da Comunidade e para a construção de ambientes políticos e legais que promovam o aprimoramento de políticas públicas adequadas.

O PFC de Angola cumprimentou os colegas PFC e o SECPLP e referiu que era com muita satisfação que participava em mais uma RPFC, agradecendo a amabilidade e carinho com que foram recebidos em Timor-Leste. Seguindo as deliberações em sede da CPLP, Angola melhorou e fortaleceu a sua capacidade de articulação e coordenação entre as sectoriais, embora continuem a existir dificuldades de articulação devido à falta de recursos humanos e financeiros e, mais recentemente, devido à proliferação de iniciativas que vêm de sectores não públicos/sociedade civil. Frisou ser necessário fortalecer as instituições nacionais (PFC). Recordou que, por ocasião do exercício da presidência da CPLP em 2010, Angola ensaiou um modelo de articulação entre o PFC e as áreas sectoriais. Finalmente, propôs retomar esta questão aquando da discussão da Nova Visão Estratégica.

O PFC de São Tomé e Príncipe cumprimentou os representantes dos EM e do SECPLP e comunicou que, no quadro do acompanhamento e articulação com as áreas sectoriais foi realizada uma reunião com os PFC sectoriais para a avaliação dos planos de ação e estratégicos em curso. Estiveram presentes nesta reunião de coordenação os PFC sectoriais ou representantes dos seguintes Ministérios: Educação, Cultura e Ciência, da Justiça e Direitos Humanos, das Infraestruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente, da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Emprego e Assuntos Sociais. Salientou que após a reunião foi contactado o PF de proteção e solidariedade social para inquirir se no âmbito da visita do Secretário de Estado Brasileiro para Pessoas portadoras de deficiência havia sido projetada alguma atividade para ser proposta nesta reunião.

O PFC da Guiné-Bissau agradeceu o acolhimento à chegada e mencionou ser a primeira vez que participava nesta RPFC na qualidade de PFC. Afirmou que a Guiné-Bissau está determinada e retomar os trabalhos que constam na agenda da CPLP, considerando que a principal dificuldade é a articulação com as sectoriais. Informou que endereçou carta a todos os sectores para a identificação dos respetivos PF para acompanharem os projetos aprovados pela CPLP. Informou, ainda que a reposição da ordem constitucional tinha sido garantia da confiança de todos os parceiros para o programa de desenvolvimento a médio e longo prazo. Constatou, com agrado, que os projetos da CPLP estão em alinhamento com as prioridades da

Guiné-Bissau. Quando estiverem organizados internamente poderão avançar melhor com a questão de articulação e coordenação.

A representante de Portugal saudou os representantes dos EM e o SECPLP e recordou que o exercício de articulação com os PF sectoriais é feito, sempre que possível, em coordenação com a Direção Geral de Política Externa do MNE. O Camões, I.P., tem sentido necessidade de institucionalizar mecanismos de coordenação entre o PFC e PF setoriais, designadamente: tem vindo a promover, sempre que possível, a realização de uma a duas reuniões anuais de coordenação com os PF setoriais, preferencialmente antes da realização das RPFC. Criou uma *mailing list* para troca de informação periódica com o objetivo de fortalecer as relações internas no âmbito da CPLP para potenciar a articulação e a criação de sinergias entre os diferentes setores.

No quadro da articulação com os setoriais e por considerar primordial trabalhar-se em conjunto, o Camões I.P., efetuou uma consulta nacional junto dos PF setoriais, para recolha de contributos relativamente ao documento “Cooperação na CPLP – uma visão estratégica pós 2015”, constata que a participação foi muito ativa.

O Camões, I.P., organizou uma reunião de coordenação com os PF setoriais para se efetuar uma avaliação dos planos estratégicos em curso, elencar os constrangimentos e perspetivas futuras. Foi também distribuído pelos PF setoriais um mapa com toda a informação sistematizada e harmonizada relativa às reuniões ministeriais setoriais a ter lugar, planos estratégicos setoriais em vigor e projetos financiados pelo Fundo Especial com incidência nas diversas áreas setoriais.

A representante de Portugal saudou os PFC e recordou que o exercício de articulação com os PF sectoriais é feito em coordenação com a Direção Geral de Política Externa do MNE. O Instituto Camões tem procurado realizar entre uma e duas reuniões anuais com todos os PF setoriais. A nível interno, foi criada uma lista de correios eletrónicos para a troca periódica de informação com as setoriais. Procuraram envolver as setoriais na discussão da nova visão estratégica da CPLP, tendo recebido contributos de quase todas as áreas sectoriais. No seguimento do comunicado do SECPLP referente aos planos de ação e estratégicos, tiveram uma reunião uma semana antes da XXXI RPFC na qual foi pedido que enviassem, por escrito, um ponto de situação. Referiu ainda que está a ser elaborada uma grelha com todos os planos de ação e estratégias, bem como os programas firmados pelo FE para terem uma informação sistematizada.

O representante de Moçambique referiu que a articulação e troca regular de informação com os Pontos Focais Sectoriais é normalmente feita por via eletrónica e reuniões de coordenação. Existe uma articulação na preparação e seguimento das Reuniões Ministeriais, do Conselho de Ministros e da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Informou que, por exemplo, os sectores foram solicitados a dar os respetivos pareceres sobre o documento da Nova Visão Estratégica.

O PFC da Guiné Equatorial agradeceu Timor-Leste pelo caloroso acolhimento e cumprimentou os colegas PFC. Realçou o apoio que a CPLP tem vindo a dar para a integração da Guiné Equatorial na Comunidade. O MNE tem procurado estabelecer uma rede de

contatos para a indicação dos PF sectoriais e sistematização de metodologia de trabalho para que estes possam acompanhar as áreas estratégicas definidas pela CPLP. Foi constituída uma Comissão Nacional da CPLP que já avançou com algum deste trabalho. Referiu ainda que está a ser elaborado um planeamento para identificação de uma estratégia que estabeleça um horizonte de trabalho até 2020, para que haja uma melhor compreensão daquilo que já foi feito e o que está por realizar. Informou que prestaria informação sobre esta tema num ponto de informação específico.

O PF de Timor-Leste informou que criou um Gabinete de Apoio à Presidência da CPLP para melhor acompanhar as decisões da X Conferência de Chefes de Estado e de Governo. Assim, foram definidas metodologias de acompanhamento com a criação de uma Matriz Geral, uma Matriz de Conceptualização, Matriz de Coordenação e uma Matriz de Implementação que é coordenada pelo MNEC e baseia o seu quadro geral e atuação. Com o intuito de dar cumprimento às decisões da XXX RPFC, Timor-Leste envidou esforços para englobar e envolver os PF sectoriais na visão estratégia pós 2015 pela via formal e informal. Tiveram duas reuniões técnicas sectoriais das quais receberam contributos para a nova visão estratégica. Portanto, o mecanismo de coordenação não se baseia só na comunicação via e-mail mas também privilegia-se o contacto direto através dos encontros, dependendo do grau da exigência dos assuntos a tratar. Pretende-se que as reuniões de coordenação com os pontos focais sectoriais se estabeleçam numa base mensal para acompanhar os trabalhos e acompanhar os pontos focais.

Elaboraram um calendário das atividades durante os dois anos da presidência para facilitar a coordenação entre todos os sectores. O problema na identificação dos PF sectoriais tem a ver com a dificuldade no domínio da língua e conseqüente dificuldade de acompanhamento, embora isso não signifique que não se dê resposta aos pedidos.

Informou que estão a dar continuidade ao tema da Segurança Alimentar e Nutricional com enfoque numa abordagem multilateral. Recordou o compromisso que o país assumiu no financiamento do estudo para a construção das diretrizes sobre agricultura familiar na CPLP e recordou os preparativos em curso para acolhimento da Reunião Extraordinária do CONSAN, a 24 e 25 de novembro de 2015.

Informou que serão indicados, em breve, os seus Pontos Focais para os Assuntos dos Mares e Lixo Marinho e que fora feito um grande esforço para realização do II FSC-CPLP de forma a dar cumprimento às decisões de Brasília e à institucionalização do referido Fórum.

Quanto à Igualdade de Género, abordaram o Plano estratégico respetivo, partilharam os avanços de Timor-Leste no cumprimento dos eixos do Plano de Ação resultantes de Maputo e indicaram os preparativos em curso para acolher a próxima ministerial do setor.

O PFC de Angola informou que gostaria de abordar, ainda, no quadro de articulação entre os PFC e a as áreas setoriais dois aspetos: a) os Secretariados Técnicos Permanentes (StP) e b) um exemplo sobre dificuldades efetivas da articulação. Começou por referir que existem setores nacionais que desenvolvem articulações diretas com o Secretariado Executivo e com a Missão de Angola junto da CPLP, o que é bom. Porém, considerou que quando um PF faz essa articulação direta é importante fazer o retorno da informação ao PFC, o que facilitaria o

acompanhamento pelo PFC. Considerou que os StP representam uma mais-valia no âmbito dessa articulação. Depois ironizou referindo que essa articulação entre eles funciona tão bem que até se esquecem de informar as estruturas de coordenação central como o Gabinete de Apoio à CPLP no MIREX. Exemplificou seguidamente com o desconhecimento sobre a realização da Reunião de Ministros da Juventude e Desportos, em Maputo, em cada coincidente com a atual RPFC, informação que obteve casualmente do titular angolano da pasta no aeroporto quando cada um se preparava para embarcar para os respetivos destinos. Aditou, ainda, o exemplo da sociedade civil, que sendo tão ativos, por vezes ultrapassam a própria capacidade do PFC em acompanhar as suas atividades.

A DG frisou que as últimas intervenções tocaram num ponto fundamental: as comunicações diretas que, por vezes, se prendem com a urgência de uma resposta, não podendo contudo ser descuidada a oportunidade de trabalho em rede com os PFC e o CCP. Sugeriu que quando forem realizados contactos diretos que copiem todos os PF e que envolvem toda a rede, colocando todas as partes relevantes em cópia.

4. Programa Indicativo de Cooperação

4.1. Execução Financeira em 2015

O DC fez uma breve apresentação da execução financeira do Fundo Especial em 2015, frisando que normalmente este ponto é apresentado por um responsável da Direção da Área Financeira (DAF). Na sua apresentação, utilizou com referência os documentos de acompanhamento habitualmente preparados pela DAF e ressaltou alguns aspetos de ordem geral sobre a execução financeira das atividades em curso.

No que se refere ao quadro que apresentava informação sobre os juros resultantes da gestão de recursos depositados no Fundo Especial, o Brasil perguntou sobre a tipologia utilizada para a aplicação desses recursos, nomeadamente se as aplicações se encontram em depósitos a prazo em contas agregadas ou se se tratavam de contas específicas por projetos. A DG explicou que essas aplicações são o cofre da CPLP, sendo por isso preservadas para necessidades futuras, com exceção de montantes para fazer face a despesas cuja utilização se preveja num espaço de 3 meses, valores esses que se encontram à ordem.

O PFC do Brasil agradeceu o esforço do SECPLP para dar resposta às solicitações que tem formulado para que os relatórios de prestação de contas específicos por projetos sejam disponibilizados de forma automática, reiterando a expectativa de que tal mecanismo seja posto em prática com brevidade.

4.2. Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC

O DC iniciou a sua exposição retomando a grelha das deliberações da XXX RPFC, dando conta do seu nível de cumprimento. Em seguida procedeu a uma análise sumária do quadro de execução técnica das atividades constantes do PIC.

Relativamente ao Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato, o PFC do Brasil informou que receberam a proposta de plano de trabalho que irá permitir a consolidação da Cooperativa Uê-Tela, iniciativa que só começará quando o processo de prestação de contas estiver finalizado. O DC mencionou que o trabalho dos artesãos santomenses tem sido muito apreciado, nomeadamente, através da participação em feira internacionais, nomeadamente, na Feira Internacional de Milão. Recordou que no passado houve a manifestação de alguns EM em acolherem o projeto.

Sobre o projeto CPLP nas Escolas, o DC referiu que ainda se aguardava a manifestação de compromisso por parte dos PFC em financiarem as atividades apresentadas na última RPFC, recordando do facto do projeto ter sido considerado como “projeto bandeira” da CPLP e não poder correr o risco de terminar de forma inglória. Justificou o interesse existente no mesmo com o exemplo do Brasil, no seguimento da formação feita junto dos PF para o programa ter comunicado, via Ministério da Educação a expansão desta iniciativa a escolas de referência no país, alargando a sua intervenção a mais de 500 escolas, numero que considerou extraordinário.

Quanto ao Projeto de Capoeira, o DC referiu que o mesmo necessita de uma nova sustentabilidade em S. Tomé e Príncipe ou senão deverá ser considerada a possibilidade de passar o projeto para outros EM. Recordou depois a missão de prospeção feita ao terreno em 2010 para implementação desta iniciativa na Guiné-Bissau. O Brasil informou que estão a estudar alternativas para que seja possível uma ação de consolidação/encerramento em São Tomé e Príncipe e que o alargamento do projeto Capoeira na Guiné-Bissau deveria ser melhor falado com o país, pois poderá haver de momento outras prioridades.

No âmbito da atividade RIPES, foi prestada informação indicando alteração no quadro de funcionamento do projeto com a saída de reitora da UNILAB, referindo-se a expectativa de, no 2º semestre de 2015, o projeto poder retomar a sua dinâmica com o estabelecimento do programa de atividades no seguimento da 1ª Reunião dos PF da RIPES, realizada em Dezembro de 2014, em Lisboa. Os TdR para o portal estão em fase de finalização.

Sobre o projeto relacionado com o tema Recursos Hídricos, foram reportadas dificuldades de cariz administrativo com a assinatura do protocolo. Portanto, não existiam avanços a registar. O PFC do Brasil mencionou a necessidade do tema continuar a ser articulado com o SECPLP para verificar como se podem ultrapassar as dificuldade subsistentes e seja possível dar início ao projeto em breve.

Em termos do projeto Meninos de Rua, registou-se o reforço das fases anteriores e foi realçado que o seu grande êxito tem sido apropriação da iniciativa pelos parceiros nacionais.

Sobre a ação pontual, Promoção da Segurança Alimentar nas cidades da CPLP através do desenvolvimento da agricultura urbana sustentável - FASE II, tal como previsto na deliberação n.º 4, da XXX RPFC, não tendo existido a mobilização dos recursos existentes há mais de 12 meses, foi aprovada a sua afetação à Campanha Juntos contra a Fome.

Foi referida a importância que vem sendo reconhecida aos Manuais sobre Arquitetura Sustentável, questão que deveria merecer uma ponderação do lado dos PFC sobre o

alargamento da iniciativa e sua visibilidade e informou-se sobre o lançamento do Manual relativo a Timor-Leste no quadro das atividades do II Fórum da Sociedade Civil da CPLP, realizado na semana anterior.

Em seguida ponderou-se sobre a iniciativa CIPS e a necessidade de assegurar a sua sustentabilidade, apelando-se a que os PFC possam articular-se com a área setorial respetiva tendo em mente a confirmação para a ação de formação prevista para Turim. Informou-se, ainda que algum atraso nas respostas dos PF não contribuem para uma base de dados mais efetiva, embora haja EM que participam, de forma regular e ativa. Depois abordou-se que existe uma certa diminuição na dinâmica que vinha a ser implementada no passado, esperando-se que a Formação em Turim permita dar um novo impulso e contribuir para o reforço da apropriação pelos PF do CIPS.

No que se refere às ações sobre os temas relativos ao Tráfico de Seres Humanos e à Juventude, foi considerado que se tratam de setores relevantes de cooperação e nos quais vale a pena continuar a apostar, recordando-se as informações relevantes em termos de participação e apropriação constantes dos relatórios das iniciativas ligadas à formação sobre o Tráfico de Seres Humanos em S. Tomé e Príncipe, o Portal da Conexão Lusófona e a realização da Semana da Juventude de Bissau, o que foi confirmado e corroborado pelos PFC que acolheram essas atividades. A propósito da realização da Semana da Juventude, Timor-Leste acrescentou também que apoiaram e contribuíram financeiramente para a concretização dessa ação.

Relativamente ao projeto sobre Pessoas com Deficiência, foram prestadas informações sobre a realização de missões de prospeção, nomeadamente a São Tomé e Príncipe e Cabo Verde no mês de junho. As ações de capacitação deverão realizar-se entre 31 de agosto e 7 de setembro de 2015 em São Tomé e Príncipe e em Cabo Verde, entre 09 e 15 de setembro de 2015.

O PFC do Brasil informou que, em conformidade com a Declaração de Tíbar, da XIII RMTAS, prevê-se antecipar a missão a Timor-Leste para o mês de outubro com vistas a atender à preocupação do governo timorense com a elaboração dos indicadores de deficiência em Timor.

Em seguida em termos genéricos, alguns PFC observaram o seguinte:

O PFC de São Tomé e Príncipe:

- a) Sobre o projeto Artesanato, referiu que ainda não puderam indicar o local para a instalação da oficina, apesar dos esforços desenvolvidos pelo PFC junto à instituição pública responsável;
- b) Quanto ao projeto Capoeira, confirmou que este projeto está praticamente finalizado e que existe um expediente em apreciação pelo Ministério da Educação, Cultura e Ciência que poderá levar a que a capoeira seja introduzida no sistema educativo enquanto componente de educação física.
- c) Relativamente ao CIPS, mencionou que o PF setorial nacional manifestou o seu interesse de participação na ação de Formação em Turim.

O representante de Moçambique:



- a) Demonstrou a satisfação do Instituto de Estatística de Moçambique em ver o Projeto Estatística reforçado e renovado com aprovação de uma nova fase;
- b) Considerou muito positiva a possibilidade que o projeto Pessoas com deficiência coloca para a troca de informação e partilha de boas práticas, o que se revela como uma oportunidade para a melhoria do sistema a nível nacional.

DELIBERAÇÃO Nº 1

- Transferência dos recursos remanescentes da Ap35/LIS/13 (Promoção da Segurança Alimentar nas cidades da CPLP através do desenvolvimento da agricultura urbana sustentável - FASE II) para o Fundo da Campanha Juntos contra a Fome.

5. Apresentação de Propostas de Atividades

5.1. Proposta de Ação pontual “Ação de Formação de Formadores sobre o combate ao Tráfico de Seres Humanos, para profissionais do Sistema Justiça Penal da Guiné-Bissau”

O DC apresentou a proposta de ação pontual “Ação de Formação sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal da Guiné-Bissau”, com o objetivo responder a lacunas de capacidade dos profissionais do sistema de justiça penal que trabalham para prevenir e combater o tráfico de seres humanos, proteger e apoiar as vítimas e cooperar de forma eficaz entre si no decorrer da sua atividade. A formação destina-se a capacitar profissionais para a aplicação às suas próprias experiências no terreno, das lições retiradas por outros profissionais do mesmo domínio de atuação.

Apreciando essa proposta de atividade os PFC produziram os seguintes comentários:

- O PFC da Guiné-Bissau considerou que se trata de um problema sensível para o país, nomeadamente no âmbito dos jovens talibés, solicitando aos demais PFC que apoiassem a AP;
- O PFC de Angola questionou sobre a fonte de financiamento, pois considerou que os tempos mudaram, não sendo a disponibilidade de recursos a mesma do passado, o que obriga a olhar as situações de forma mais cautelosa. Considerou que apesar da importância das atividades há sempre um orçamento por trás e o mérito das propostas já não é o bastante para se aprovarem as iniciativas sujeitas a apreciação dos PFC;
- O PFC da Guiné Equatorial também questionou sobre os mecanismos de financiamento dos projetos propostos à RPFC;
- A representante de Portugal expressou o desejo de que fosse reconhecido o mérito da ação e informou sobre a disponibilidade de cofinanciamento sem, contudo poder comprometer um montante e considerando ser necessário mais tempo para uma decisão (1 mês no mínimo);
- O PFC da Guiné-Bissau colocou a questão sobre a possibilidade de utilização de recursos do Fundo Especial para projetos definidos na Mesa Redonda para a Guiné-

Bissau, em Bruxelas, ao que a DG explicou que tal questão deverá ser formalizada pela Guiné-Bissau;

- O Coordenador-Geral de CPLP (CG-CPLP) do Brasil recordou que na discussão do novo Regimento do Fundo Especial se previu criar recursos livres, provenientes de taxas e encargos cobrados à contribuição dos EM, que deveriam reverter para aprovação de novas iniciativas, estando esses recursos na disponibilidade de mobilização pelo CCP e Secretário Executivo. Considerou que tais recursos deveriam ser aplicados em iniciativas consideradas como prioritárias pelos EM, nomeadamente ao nível da RPFC. Assim, o CG-CPLP do Brasil sugeriu que esta RPFC submetesse a questão ao CCP para que estes decidissem sobre essa eventual mobilizada, tendo em conta que existem recursos disponíveis.

DELIBERAÇÃO Nº 2

- Aprovação da Ação Pontual, com a categoria de Decisão 4, definindo-se os seguintes prazos:
 - Até de 15 de Setembro de 2015, para realização de consultas internas de avaliação da possibilidade da concessão de apoio financeiro à Ação Pontual, no montante de Euros 27.599,35;
 - Até de 30 de Setembro de 2015, para afetação de recursos ao Fundo Especial pelos EM que identifiquem disponibilidades para financiamento da Ação Pontual;
- O Secretariado Executivo da CPLP em parceria com a RPFC, identificou Euros 3.000 da rubrica “Projetos a identificar pelo Secretariado Executivo da CPLP em parceria com o PFC nos próximos dois anos”, que serão afetos à Ação Pontual;
- O Secretariado Executivo, por solicitação da XXXI RPFC, levará ao CCP a possibilidade de mobilização de recursos livres do Fundo Especial para financiamento de atividades consideradas prioritárias e aprovadas em sede de RPFC.

5.2. Proposta de Projeto “Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP - Fase VII”

DC apresentou a proposta de projeto que visa garantir a qualidade e segurança das obras de engenharia civil e contribui para a preservação do património natural e construído nos PALOP e em Timor-Leste, com o objetivo específico de reforçar a capacidade de intervenção dos laboratórios de engenharia civil da CPLP (LE-CPLP) em obras de carácter vital, numa lógica de sustentabilidade, credibilidade e reconhecimento das suas capacidades técnicas e dos seus recursos humanos.

A representante de Portugal informou a disponibilidade de financiamento desta atividade, tendo verificado com satisfação que a proposta incorporava todas as recomendações da avaliação externa feita às fases anteriores e ao programa original.

Todos os PFC exprimiram a sua satisfação com a iniciativa, tendo o PFC da Angola considerado que o projeto tem dado frutos no seu país. O DC considerou muito interessante o

facto de já existirem formadores PALOP capacitados pelo projeto e que agora realizam ações formativas em países parceiros, tendo dado como exemplo uma ação de formação em S. Tomé e Príncipe feita por um formador de Cabo Verde e o facto de Angola acolher ações destinadas a S. Tomé e Príncipe e à Guiné-Bissau.

DELIBERAÇÃO Nº 3

- Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 1.
- Os recursos, no valor de Euros 166.798,93, serão disponibilizados por Portugal com base em recursos já depositados no Fundo Especial e aguardar consignação por parte desse Estado-membro.

5.3. Proposta de Ação pontual “Apoio ao Centro de Informação e Proteção Social da CPLP - CIPS (Fase IV)”

O DC apresentou a proposta de ação pontual que procurar assegurar o funcionamento e desenvolvimento do CIPS, contribuindo para a extensão da proteção social nos países da CPLP e o aumento da sua eficácia como instrumento de redução da pobreza, de desenvolvimento humano e de acesso ao trabalho digno.

Sobre a ação pontual recolheram-se as seguintes reações.

- O PFC do Brasil mencionou ter encaminhado o tema para os setores nacionais competentes, não tendo obtido resposta até ao presente momento;
- O PFC de Angola considerou a atividade relevante e uma vez que esta era a 4ª fase de um processo avaliado positivamente, propôs, em função do montante requerido (Euros 20.000) que cada EM financiasse a atividade em Euros 2.250,00;
- O representante de Moçambique concordou com a proposta de Angola, embora não pudesse assumir compromisso sem consultas;
- O PFC da Guiné Equatorial, concordou com a proposta de Angola;
- O PFC de S. Tomé e Príncipe referiu não poder assumir um compromisso e que teria que consultar o sector competente;
- O PFC da Guiné-Bissau indicou que gostaria de poder dar resposta numa data a indicar;
- A representante de Portugal concordou com Angola, mas pronunciar-se-á depois de consulta, chamando a atenção para a necessidade de apropriação por parte dos EM da iniciativa;
- A representante de Cabo Verde considerou pertinente a proposta de Angola, mas não tendo competência para decidir, daria resposta no prazo apresentado após consulta à capital;
- O PFC do Brasil voltou a intervir para informar que encaminhará as sugestões para área técnica competente, pois considera que deveria haver manifestação de interesse dessas áreas. Sugere que a eventual aprovação seja feita eletronicamente, contemplando eventuais recomendações que o Brasil possa apresentar;

- A DG considerou que as respostas devem ser dadas através de consultas às áreas competentes.

DELIBERAÇÃO N° 4

- Aprovação da Ação Pontual, com a categoria de Decisão 2 definindo-se os seguintes prazos:
 - Até de 4 de Setembro de 2015, para realização de consultas internas de avaliação da possibilidade da concessão de apoio financeiro à Ação Pontual, no montante de Euros 20.000, devendo cada Estado-membro contribuir com pelo menos Euros 2.250;
 - Até de 15 de Setembro de 2015, para afetação de recursos ao Fundo Especial pelos EM que identifiquem disponibilidades para financiamento da Ação Pontual.

5.4. Proposta de Ação Pontual “2016 - Ano CPLP Contra o Trabalho Infantil”

O DC apresentou a proposta de ação pontual, fazendo referência ao II Fórum Global do Trabalho Infantil, realizado em Brasília em 2013, no qual os EM e o SECPLP tiveram uma participação ativa com a apresentação de uma declaração conjunta que resultou de concertações prévias. Informou, em seguida, que a proposta de ação pontual surge no âmbito da Declaração de Tibar da XIII RMTAS, que declarou o ano de 2016 como ano da CPLP contra o Trabalho Infantil, havendo a necessidade de definir com os EM as atividades que irão compor esta ação.

Assim, explicitou que a iniciativa visava apoiar diferentes atividades do “Ano CPLP Contra o Trabalho Infantil - 2016” e da Campanha Conjunta do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil da CPLP - OIT em 2016. Precisou, ainda, que o orçamento previa também a realização da Reunião dos Pontos Focais da CPLP sobre o Trabalho Infantil, em preparação da IV Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, prevista para 2017, na Argentina.

O representante de Moçambique considerou que a proposta de atividade possui mérito e que, para além do mais, tem origem numa reunião ministerial setorial. O PFC do Brasil informou que a proposta tinha sido encaminhada para as áreas setoriais nacionais e que ainda aguardavam resposta, questionando, ainda se não se correria o risco de duplicar as ações que decorram em termos nacionais.

DELIBERAÇÃO N° 5

- Aprovação da Ação Pontual, com a categoria de Decisão 2 definindo-se os seguintes prazos:
 - Até de 15 de Setembro de 2015, para realização de consultas internas de avaliação da possibilidade da concessão de apoio financeiro à Ação Pontual, no montante de Euros 97.570,88;
 - Até de 30 de Setembro de 2015, para afetação de recursos ao Fundo Especial pelos EM que identifiquem disponibilidades para financiamento da Ação Pontual.

5.5. Proposta de Projeto “Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP”

O DC apresentou a proposta de Projeto, recordando o seu enquadramento no âmbito da deliberação n.º 4 da Declaração Final da VI Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, realizada a 15 de Abril de 2014, em Maputo, referindo que a proposta tem como objetivo promover, fomentar e impulsionar a edificação do «Espaço do Ensino Superior da CPLP» e do «Espaço de Ciência e tecnologia da CPLP», mediante a criação de um portal eletrónico, o que contribuiria para a operacionalização dos Eixos I e IV do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2014-2020).

Após a apresentação do projeto, o PFC do Brasil colocou questões relacionadas com a articulação do Portal de Ensino Superior com o Portal da RIPES, que se encontra igualmente em fase de elaboração. O Secretariado Executivo (SECPLP) referiu que o Portal da RIPES poderá ser integrado no Portal do ESC&T da CPLP, à semelhança de outros portais e redes digitais. Neste sentido, foi aditado que os objetivos dos dois portais são complementares mas não idênticos, visto que o projeto RIPES tem cinco eixos estratégicos e privilegia a cooperação entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Portuguesa, enquanto que o Portal do ESC&T-CPLP é mais abrangente e será transversal, pretendendo impulsionar a criação do Espaço de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP.

Após o esclarecimento, os Pontos Focais de Cooperação consideram que o Portal do ESC&T é uma ação prioritária, já identificada pela Reunião Técnica dos Pontos Focais da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, em Novembro de 2014.

DELIBERAÇÃO N.º 6

- Aprovação do Projeto, com a categoria de Decisão 4 definindo-se os seguintes prazos:
 - Até de 15 de Setembro de 2015, para realização de consultas internas de avaliação da possibilidade da concessão de apoio financeiro ao Projeto, no montante de Euros 15.000;
 - Até de 30 de Setembro de 2015, para afetação de recursos ao Fundo Especial pelos EM que identifiquem disponibilidades para financiamento do Projeto.
- O Secretariado Executivo da CPLP em parceria com a RPFC, identificou Euros 1.500 da rubrica “Projetos a identificar pelo Secretariado Executivo da CPLP em parceria com o PFC nos próximos dois anos”, que serão afetos ao Projeto.

5.6. Proposta de Projeto “Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP”

O DC apresentou a proposta de Projeto, recordando o seu enquadramento no âmbito da deliberação n.º 4 da Declaração Final da VI Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, realizada a 15 de Abril de 2014, em Maputo, recordando que esta tem como objetivo promover, fomentar e impulsionar a edificação de Espaços do Ensino Superior e de Ciência e Tecnologia da CPLP, através da construção do repositório

científico de língua portuguesa e da interligação dos repositórios científicos nacionais existentes.

Foi colocada uma questão pelos Pontos Focais do Brasil e representante de Moçambique quanto à interligação entre o repositório e o Portal. Em resposta, o SECPLP referiu que os dois projetos estão ligados, porquanto o acesso ao Repositório será efetuado através do Portal do ESC&T da CPLP e permitirá à comunidade académica e científica da CPLP e extracomunitária aceder a *softwares* livres e acervos bibliográficos científicos.

Assim, os Pontos Focais de Cooperação consideram que o Repositório Científico / Portal de Acesso Aberto da CPLP é uma ação prioritária, já identificada pela Reunião Técnica dos Pontos Focais da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, em Novembro de 2014.

DELIBERAÇÃO N° 7

- Aprovação do Projeto, com a categoria de Decisão 4 definindo-se os seguintes prazos:
 - Até de 15 de Setembro de 2015, para realização de consultas internas de avaliação da possibilidade da concessão de apoio financeiro ao Projeto, no montante de Euros 110.000;
 - Até de 30 de Setembro de 2015, para afetação de recursos ao Fundo Especial pelos EM que identifiquem disponibilidades para financiamento do Projeto.

5.7. Proposta de Projeto “Relançamento do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional”

O DC apresentou a proposta de Projeto, que visa relançar o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau, com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico, para além dos serviços de informática. Recordou, seguidamente que existiam deliberações da VI Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP e da IX Reunião de Ministros da Cultura da CPLP, que suportavam politicamente a proposta de projeto.

O PFC da Guiné-Bissau recordou que o INEP foi uma instituição de referência em pesquisa tecnológica e científica, na Guiné-Bissau, até 1998, apelando, portanto, aos PFC que financiasse a atividade.

Foi referido pelo CG-CPLP do Brasil que o país afetou Euros 160.000 para a cooperação com a Guiné-Bissau, sendo que existem no Fundo Especial recursos na ordem dos Euros 271.000, tal como definidos e aprovados pelo CCP no âmbito das articulações que envolveram a Mesa Redonda de Doadores para a Guiné-Bissau (Bruxelas, 25/03/2015), e que, nesse sentido, deveria ser a Guiné-Bissau a identificar as suas prioridades, para a posterior alocação das verbas disponíveis. O CG-CPLP solicitou ao SECPLP que buscasse prover informações acerca dos mecanismos que definiriam a utilização dos referidos recursos.



DELIBERAÇÃO N° 8

- Aprovação do Projeto, com a categoria de Decisão 2 definindo-se os seguintes prazos:
 - Até de 15 de Setembro de 2015, para realização de consultas internas de avaliação da possibilidade da concessão de apoio financeiro ao Projeto, no montante de Euros 63.052,91;
 - Até de 30 de Setembro de 2015, para afetação de recursos ao Fundo Especial pelos EM que identifiquem disponibilidades para financiamento do Projeto.
- O Secretariado Executivo da CPLP em parceria com a RPFC, identificou Euros 4.373 da rubrica “Projetos a identificar pelo Secretariado Executivo da CPLP em parceria com o PFC nos próximos dois anos”, que serão afetos ao Projeto.

5.8. Proposta de Projeto “TTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa”

O DC apresentou a proposta de Projeto, que visa criar e disponibilizar publicamente, na plataforma do VOC, terminologias científicas e técnicas para os países da CPLP, com estrutura comum, geridas conjuntamente, no âmbito do IILP, gratuitas, de livre acesso, e que conduzam a que a língua portuguesa disponha de bases de dados terminológicos capazes de a colocar a par das línguas com mais recursos, nomeadamente para a tradução e a interpretação, para emprego em organizações internacionais e para a criação de ferramentas derivadas, em particular no âmbito do processamento computacional da língua.

Foi colocada uma questão quanto à aprovação do projeto em sede do Conselho Científico do IILP pelo Ponto Focal de Cabo Verde. Em resposta o SECPLP enfatizou que que projeto das Terminologias Científicas consta do Plano de Ação do IILP e foi discutido no âmbito do último Conselho Científico do IILP. Além disso, foi explicado que o projeto vem dar resposta aos Planos de Ação de Brasília e de Lisboa para a Promoção da Língua Portuguesa e ao Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP.

DELIBERAÇÃO N° 9

- Aprovação do Projeto, com a categoria de Decisão 4 definindo-se os seguintes prazos:
 - Até de 15 de Setembro de 2015, para realização de consultas internas de avaliação da possibilidade da concessão de apoio financeiro ao Projeto, no montante de Euros 129.936;
 - Até de 30 de Setembro de 2015, para afetação de recursos ao Fundo Especial pelos EM que identifiquem disponibilidades para financiamento do Projeto.

6. Apresentação de Documentos a analisar pela XX ROCM da CPLP

6.1. Cooperação na CPLP - Uma visão estratégica no Pós 2015

Uma vez que o documento tinha sido profusamente debatido aquando da sua apresentação e posterior consensualização, o DC propôs que este ponto da agenda fosse tratado de forma breve.

Não obstante, o PFC de Angola fez questão de considerar que se estava na presença de um documento muito importante. Todavia, considerou que cada EM tem a sua posição política quanto ao que poderá ser a CPLP no futuro e que só dessa visão de consenso poderá resultar também a forma como a cooperação da CPLP será trabalhada.

Considerou, em seguida, que os EM são assimétricos nas suas estruturas: nem todos possuem agências de cooperação e esta encontra-se muito dispersa, o que gera dificuldades de coordenação do sistema; e que, por exemplo, em Angola o PFC não é técnico, é político, o que dificulta a análise. Por último, considerou que este documento era uma grande contribuição para a visão de futuro da CPLP e que deveria ser levado aos chefes de delegação.

7. Pontos de Informação:

7.1. Campanha da CPLP “Juntos contra a Fome”

O DC registou o aumento da notoriedade pública relativamente à campanha, fundamentalmente conseguido com:

- A Exposição Artistas unidos contra a fome, cujo acervo foi constituído com a doação de bens culturais que revertem a favor da campanha;
- A corrida Juntos contra a fome
- A mobilização de jovens que se movem pela campanha, como o casal que dá a volta ao mundo em bicicleta adaptada,
- Mobilização nas redes sociais, etc.

Informou ainda que estão a ser preparados um conjunto de eventos ainda para 2015 como um concerto de fados, a segunda edição da corrida e o alargamento da exposição a outras zonas de Portugal.

O PFC da Guiné-Bissau registou o seu agrado com a possibilidade de financiamento do projeto de Cacheu e o PFC de Timor-Leste informou que se tinham mobilizado com a escolha de padrinhos, apresentados no Dia Mundial de Alimentação, em 16-10-2014. Também os PFC de Cabo Verde e Moçambique registaram o avanço de algumas atividades nos respetivos países.

7.2. I Conferência da Energia para o Desenvolvimento da CPLP

O DC fez um balanço da I Conferência da Energia para o Desenvolvimento da CPLP e a Coordenadora solicitou à RPF que se refletisse sobre a forma como se passará a trabalhar com esta nova área setorial.

7.3. Semana da Juventude da CPLP (junho 2015)

O DC fez uma apresentação sumária dos trabalhos que tinha decorrido em Bissau e realçou o impacto significativo que a atividade projetou.

O PFC da Guiné-Bissau considerou que a teve um bom impacto e deveria repetir-se, informação que foi corroborada pelo PFC de Angola que referiu ter recebido da área setorial nacional a indicação de que a iniciativa foi muito boa.

Por seu turno, os PFC de Angola e Brasil também reportaram dificuldade de articulação com a Reunião de Ministros da Juventude e Desporto, a propósito das reuniões e processo decisório que não é comunicado. Nomeadamente, os PFC estranharam a falta de informação referente à VII Conferência dos Ministros da Juventude e Desportos da CPLP, realizada em julho presente, em Maputo.

O DC refletiu sobre o problema, mencionando que a questão não é nova e foi já analisada em sede de RPFC. Aditou que a questão é mais política do que jurídica e que tem primeiro de ser resolvido nesse plano. O PFC de Timor-Leste considerou que é necessário continuar a insistir num maior esforço de articulação dos MNE com as áreas setoriais.

7.4. II Fórum da Sociedade Civil da CPLP

O Coordenador do Gabinete de Apoio à Sociedade Civil (GASC), no Gabinete do Primeiro Ministro de Timor-Leste, apresentou, de forma geral, as conclusões do II Fórum da Sociedade Civil da CPLP (FSC-CPLP) referindo que o evento teve uma boa participação, o que permitiu chegar a bons resultados.

O representante do Brasil fez referência ao ofício, previamente enviado ao SECPLP, na qual se manifestava o desconforto da Secretaria Geral da Presidência com o processo de preparação do II FSC-CPLP. Mencionou a não participação da Comissão Nacional do Brasil no Fórum e comunicaram a decisão de não endossar os resultados do II FSC-CPLP.

O GASC manifestou total disponibilidade para dialogar com o Brasil para ultrapassarem os constrangimentos de forma a garantir a participação futura da sociedade civil do Brasil nas atividades do FSC-CPLP.

7.5. Reuniões de instalação dos mecanismos de participação no CONSAN: Parlamentares e Universidades

O DC fez uma breve apresentação sobre os resultados preliminares de duas reuniões que tinham sido realizadas recentemente:

- a) O Seminário sobre o papel dos parlamentares na promoção de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada, realizado em Brasília, de 7 a 9 de julho de 2015, do qual resultou:
- O compromisso em criar uma Frente Parlamentar para a Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP;
 - O compromisso em criar um grupo de trabalho para a instalação desta frente parlamentar, incluindo parlamentares membro da APCPLP bem como elementos das frentes parlamentares nacionais existentes ou a criar;
 - O compromisso de promover a criação de frentes parlamentares para a segurança alimentar e nutricional ao nível nacional.
- b) A reunião do mecanismo de facilitação da participação das universidades no CONSAN-CPLP, realizado na Praia, de 15 a 16 de julho de 2015, de que resultou:
- A instalação do comité coordenador, por um período transitório, até à próxima reunião ordinária do CONSAN-CPLP, a decorrer no Brasil, previsivelmente em Julho 2016;
 - A aprovação das respetivas Diretrizes de trabalho;
 - A possibilidade dos membros do mecanismo poderem desenvolver programas de formação multidisciplinares a vários níveis visando apoiar a requalificação do ensino superior nos países da CPLP para apoio a uma necessária transição do sistema alimentar (mestrado, pós-graduação, etc.);
 - A aprovação da contribuição da academia para o processo de elaboração das Diretrizes de apoio à agricultura familiar.

7.6. Oficina sobre a implementação do Tratado de Marraquexe

O CG-CPLP do Brasil, conforme anunciado na XXX RPF, reportou os resultados da Oficina sobre a implementação do Tratado de Marraquexe, realizada em junho de 2015, na Praia, em Cabo Verde, da qual resultou a Declaração de Cabo Verde, aprovada pelas organizações de cegos e a Declaração da Praia, aprovada pelas organizações de editoras e propriedade intelectual, ambos os documentos disponibilizados aos participantes.

Informou que o Tratado entrou em vigor em Junho de 2015 e aborda assuntos sobre direitos das pessoas invisuais, a não discriminação laboral e promoção da produção intelectual. O representante do Brasil referiu a importância da discussão havida entre os países da Comunidade e os esforços para que o Tratado seja ratificado por todos os Estados membros.

7.7. Visão da Guiné Equatorial no Programa de Desenvolvimento, no Horizonte 2020

O PFC da Guiné Equatorial informou que desde 2008, que o seu Governo trabalha com um Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social adotado na Segunda Conferência Nacional de Economia, realizada na cidade de Bata, em novembro de 2007. O objetivo do

plano é fazer uma transição de uma economia estimulada pela empresa estatal de petróleo para uma economia diversificada promovida pelo setor privado, e melhorar o bem-estar e de coesão social para alcançar emergência Horizonte 2020.

O PFC da Guiné Equatorial explicou que o país espera que o petróleo resulte numa melhoria significativa para toda a população e para a coesão social. A expectativa é que através das reformas estruturais, a Guiné Equatorial, em 2020, possua uma classe média em que os cidadãos tenham emprego e rendimento salarial regular, que permita às famílias ter uma casa, colocar os seus filhos na escola, e ter acesso à saúde. Em 2020, a Guiné Equatorial prevê ser um dos países em desenvolvimento e atrativo para o investimento e crescimento económico, com uma economia competitiva, uma transformação social profunda e o fortalecimento de valores morais e éticos.

O programa Horizonte 2020 tem duas fases, a fase de transformação (2008-2012) e a fase de economia emergente (2013-2020). Na implementação da primeira fase do Plano Nacional será fundamental reforçar o capital humano, melhorar a qualidade de vida de cada cidadão e promover uma boa governação dos serviços.

O PFC da Guiné Equatorial solicitou, ainda, o apoio dos EM no domínio da Língua Portuguesa, fator considerado essencial para uma maior participação da Guiné Equatorial na agenda da CPLP. O Ponto Focal do Brasil saudou a Guiné Equatorial por esse desígnio e o PF de Angola salientou o grande desejo em colaborar com este grande esforço. O representante de Moçambique felicitou a apresentação do PFC da Guiné Equatorial e fez referência aos desafios da integração e quis encorajar a Guiné Equatorial prosseguir, pois os avanços são consideráveis. Poderão contar com o apoio de Moçambique. S. Tomé e Príncipe e Portugal agradeceram e deram igualmente apoio para uma maior integração do país na agenda comunitária.

A DG reiterou que estamos juntos para apoiar na integração deste novo EM na Comunidade.

O PFC da Guiné-Equatorial pediu a compreensão de todos, explicando que por vezes a falta de participação nas reuniões da CPLP se deve à dificuldade com a língua, contudo estão cientes que precisam de começar a entrar no ritmo da Organização.

8. Encerramento da XXXI RPFC

A coordenadora da Reunião agradeceu o empenho de todos os Pontos Focais nos 2 dias de reunião.

A DG realçou que a XXXI acabou bem e em espírito de solidariedade.

A Coordenadora agradeceu a colaboração do SECPLP, em particular, a pessoa do DC pelo apoio prestado na preparação da reunião e no decorrer da mesma.

Nada mais havendo a acrescentar, a Coordenadora da XXX RPFC deu os trabalhos por encerrados.



Grelha das Deliberações da XXXI RPFC

Ponto da Agenda	Deliberações
4.2. Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC	Transferência dos recursos remanescentes da Ap35/LIS/13 (Promoção da Segurança Alimentar nas cidades da CPLP através do desenvolvimento da agricultura urbana sustentável - FASE II) para o Fundo da Campanha Juntos contra a Fome.
5.1. Proposta de Ação pontual "Ação de Formação de Formadores sobre o combate ao Tráfico de Seres Humanos, para profissionais do Sistema Justiça Penal da Guiné-Bissau"	<ul style="list-style-type: none">• Aprovação da Ação Pontual, com a categoria de Decisão 4, definindo-se os seguintes prazos:<ul style="list-style-type: none">• Até de 15 de Setembro de 2015, para realização de consultas internas de avaliação da possibilidade da concessão de apoio financeiro à Ação Pontual, no montante de Euros 27.599,35;• Até de 30 de Setembro de 2015, para afetação de recursos ao Fundo Especial pelos EM que identifiquem disponibilidades para financiamento da Ação Pontual;• O Secretariado Executivo da CPLP em parceria com a RPFC, identificou Euros 3.000 da rubrica "Projetos a identificar pelo Secretariado Executivo da CPLP em parceria com o PFC nos próximos dois anos", que serão afetos à Ação Pontual;• O Secretariado Executivo, por solicitação da XXXI RPFC, levará ao CCP a possibilidade de mobilização de recursos livres do Fundo Especial para financiamento de atividades consideradas prioritárias e aprovadas em sede de RPFC.
5.2. Proposta de Projeto "Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP - Fase VII"	<ul style="list-style-type: none">• Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 1.• Os recursos, no valor de Euros 166.798,93, serão disponibilizados por Portugal com base em recursos já depositados no Fundo Especial e aguardar consignação por parte desse Estado-membro.
5.3. Proposta de Ação pontual "Apoio ao Centro de Informação e Proteção Social da CPLP - CIPS (Fase IV)"	<ul style="list-style-type: none">• Aprovação da Ação Pontual, com a categoria de Decisão 2 definindo-se os seguintes prazos:<ul style="list-style-type: none">• Até de 4 de Setembro de 2015, para realização de consultas internas de avaliação da possibilidade da concessão de apoio financeiro à Ação Pontual, no montante de Euros 20.000, devendo cada Estado-membro contribuir com pelo menos Euros 2.250;• Até de 15 de Setembro de 2015, para afetação de recursos ao Fundo Especial pelos EM que identifiquem disponibilidades para financiamento da Ação Pontual.
5.4. Proposta de Ação Pontual "2016 - Ano CPLP Contra o Trabalho Infantil"	<ul style="list-style-type: none">• Aprovação da Ação Pontual, com a categoria de Decisão 2 definindo-se os seguintes prazos:<ul style="list-style-type: none">• Até de 15 de Setembro de 2015, para realização de consultas internas de avaliação da possibilidade da concessão de apoio financeiro à Ação Pontual, no montante de Euros 97.570,88;• Até de 30 de Setembro de 2015, para afetação de recursos ao Fundo Especial pelos EM que identifiquem disponibilidades para financiamento da Ação Pontual.
5.5. Proposta de Projeto "Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP"	<ul style="list-style-type: none">• Aprovação do Projeto, com a categoria de Decisão 4 definindo-se os seguintes prazos:<ul style="list-style-type: none">• Até de 15 de Setembro de 2015, para realização de consultas internas de avaliação da possibilidade da concessão de apoio



	<p>financeiro ao Projeto, no montante de Euros 15.000;</p> <ul style="list-style-type: none">• Até de 30 de Setembro de 2015, para afetação de recursos ao Fundo Especial pelos EM que identifiquem disponibilidades para financiamento do Projeto.• O Secretariado Executivo da CPLP em parceria com a RPFC, identificou Euros 1.500 da rubrica “Projetos a identificar pelo Secretariado Executivo da CPLP em parceria com o PFC nos próximos dois anos”, que serão afetos ao Projeto.
5.6. Proposta de Projeto “Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP”	<ul style="list-style-type: none">• Aprovação do Projeto, com a categoria de Decisão 4 definindo-se os seguintes prazos:<ul style="list-style-type: none">• Até de 15 de Setembro de 2015, para realização de consultas internas de avaliação da possibilidade da concessão de apoio financeiro ao Projeto, no montante de Euros 110.000;• Até de 30 de Setembro de 2015, para afetação de recursos ao Fundo Especial pelos EM que identifiquem disponibilidades para financiamento do Projeto
5.7. Proposta de Projeto “Relançamento do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional”	<ul style="list-style-type: none">• Aprovação do Projeto, com a categoria de Decisão 2 definindo-se os seguintes prazos:<ul style="list-style-type: none">• Até de 15 de Setembro de 2015, para realização de consultas internas de avaliação da possibilidade da concessão de apoio financeiro ao Projeto, no montante de Euros 63.052,91;• Até de 30 de Setembro de 2015, para afetação de recursos ao Fundo Especial pelos EM que identifiquem disponibilidades para financiamento do Projeto.• O Secretariado Executivo da CPLP em parceria com a RPFC, identificou Euros 4.373 da rubrica “Projetos a identificar pelo Secretariado Executivo da CPLP em parceria com o PFC nos próximos dois anos”, que serão afetos ao Projeto.
5.8. Proposta de Projeto “TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa”	<ul style="list-style-type: none">• Aprovação do Projeto, com a categoria de Decisão 4 definindo-se os seguintes prazos:<ul style="list-style-type: none">• Até de 15 de Setembro de 2015, para realização de consultas internas de avaliação da possibilidade da concessão de apoio financeiro ao Projeto, no montante de Euros 129.936;• Até de 30 de Setembro de 2015, para afetação de recursos ao Fundo Especial pelos EM que identifiquem disponibilidades para financiamento do Projeto.



Anexo I

XXXI REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Díli, 20 a 21 de julho de 2015

LISTA DE PARTICIPANTES

- **ANGOLA**
 - Oliveira Francisco Encoge, Ponto Focal de Cooperação de Angola – Gabinete de Apoio À CPLP e PALOP, Ministério das Relações Exteriores;
 - Teresa de Victória Pereira, Ministra Conselheira na Missão Permanente de Angola junto da CPLP;
 - Mário Garrido, Ministério das Relações Exteriores;
 - Esperança da Cunha, Gabinete de Apoio À CPLP e PALOP, Ministério das Relações Exteriores.

- **BRASIL**
 - Alessandra Ambrósio, Gerente de Programas de Cooperação Multilateral da ABC e Ponto Focal de Cooperação;
 - Paulo André Moraes Lima, Ministério das Relações Exteriores;
 - Maria Carmen Gerpe, Embaixada da República Federativa do Brasil, em Timor-Leste.

- **CABO VERDE**
 - Filomena Lopes, Embaixada de Cabo Verde em Portugal.

- **GUINÉ-BISSAU**
 - Marcelo Pedro d’Almeida, Ponto Focal de Cooperação, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Cooperação Internacional e das Comunidades.

- **GUINÉ EQUATORIAL**
 - Cristina Mangué Abeso, Ponto Focal de Cooperação, Embaixadora no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

- **MOÇAMBIQUE;**
 - Miguel Tungadza, MINEC da República de Moçambique;
 - Dionísio Macule, Conselheiro da Embaixada da República de Moçambique em Portugal.

- **PORTUGAL**
 - Eduarda Cabral e Silva, Camões-Instituto da Cooperação e da Língua.



- **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

- Katia D'Alva Carvalho, Ponto Focal de Cooperação da CPLP da Direção de Cooperação Internacional do Ministério da Economia e Cooperação Internacional;
- Nilson Lima, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades;
- Amílcar Afonso, Conselheiro na Embaixada da República Democrática de São Tomé e Príncipe, em Lisboa.

- **TIMOR-LESTE**

- Lídia Martins, PFC da CPLP, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
- Joaquim Fernandes, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
- Natalino Castro, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Gabinete de Apoio à Presidência;
- Paula Cristina Rui, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Gabinete de Apoio à Presidência;

SECPLP

- Georgina de Melo, Diretora Geral;
- Manuel Clarote Lapão, Diretor da Cooperação;
- Ana Paula Rodrigues, Assessora Político-diplomática
- Miguel Levy, Assessor Político-diplomático
- António Ilharco, Assessor de Comunicação
- Carlos Gonçalves, Técnico da Direção de Cooperação
- Arlinda Cabral, Técnica da Direção da Ação Cultural e da Língua Portuguesa

Anexo II

XXX REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Díli, 20 a 21 de julho de 2015

AGENDA FINAL

1. Sessão de Abertura
2. Aprovação da Agenda de Trabalho
3. Acompanhamento e articulação com as áreas Sectoriais - apresentação de ponto de situação pelos Pontos Focais de Cooperação
4. Programa Indicativo de Cooperação
 - 4.1 Execução Financeira em 2015
 - 4.2 Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC
5. Apresentação de Propostas de Atividades
 - 5.1 Proposta de Ação pontual “Ação de Formação de Formadores sobre o combate ao Tráfico de Seres Humanos, para profissionais do Sistema Justiça Penal da Guiné-Bissau”
 - 5.2 Proposta de Projeto “Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP - Fase VIII”
 - 5.3 Proposta de Ação pontual “Apoio ao Centro de Informação e Proteção Social da CPLP - CIPS (Fase IV)”
 - 5.4 Proposta de Ação Pontual “2016 - Ano CPLP Contra o Trabalho Infantil”
 - 5.5 Proposta de Projeto “Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP”
 - 5.6 Proposta de Projeto “Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP”
 - 5.7 Proposta de Projeto “Relançamento do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional”
 - 5.8 Proposta de Projeto “TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa”
6. Apresentação de Documentos a analisar pela XX ROCM da CPLP
 - 6.1 Cooperação na CPLP - Uma visão estratégica no Pós 2015
7. Pontos de Informação:
 - 7.1 Campanha da CPLP “Juntos contra a Fome”
 - 7.2 I Conferência da Energia para o Desenvolvimento da CPLP

7.3 Semana da Juventude da CPLP (junho 2015)

7.4 II Fórum da Sociedade Civil

7.5 Reuniões de instalação dos mecanismos de participação no CONSAN:
Parlamentares e Universidades

7.6 Oficina para a implementação do Tratado de Marraquexe

7.7 Programa Nacional de Desenvolvimento da Guiné Equatorial